

Título:

O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)

© os autores dos textos e Edições 70, 2014

Este livro resulta de uma investigação realizada no âmbito do projecto Conhecimento e Visão: Fotografia no Arquivo e no Museu Colonial Português (1850-1950), financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, projecto PTDC/HIS-HIS/112198/2009.

Tradução do Prefácio de James Ryan: Pedro Bernardo

Tradução do artigo de Ruth Rosengarten: Ana Simões

Capa de FBA

Imagem de capa:

Hora de repouso [Auto-retrato de Elmano Cunha e Costa e Padre Estermann. Em cima da mesa o estojo da máquina *Rolleiflex*] Moxico, Angola, 1935-1939. Digitalização a partir de negativo em película de nitrato de celulose, p/b, 6 x 6 cm, Arquivo Histórico Ultramarino, IICT, ECC/NC1122, ID8533

Depósito Legal n.º 385042/14

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

O IMPÉRIO DA VISÃO

O império da visão : fotografia no contexto colonial português (1860-1960) / org. Filipa Lowndes Vicente. – (Extra-colecção)
ISBN 978-972-44-1811-7

I - VICENTE, Filipa Lowndes, 1972-

CDU 94(469)“1860/1960”(042)

Paginação: MJA

Impressão e acabamento:
PAPELMUNDE

para
EDIÇÕES 70
em Novembro de 2014

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa por Edições 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.

EDIÇÕES 70
Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 – 3.º C – 1050-117 Lisboa / Portugal

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor. Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível de procedimento judicial.

Filipa Lowndes Vicente (org.)

O IMPÉRIO DA VISÃO

**FOTOGRAFIA
NO CONTEXTO COLONIAL
PORTUGUÊS**

(1860-1960)

70

Índice

O Império da Visão: Histórias de um Livro	
Filipa Lowndes Vicente	11
Introdução. Fotografia Colonial	
James R. Ryan	31
1. CLASSIFICAÇÃO / MISSÃO	
A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960):	
Modos de representar, diferenciar e classificar	
da “antropologia colonial”	
Patrícia Ferraz de Matos	45
O registo da diferença:	
fotografia e classificação jurídica das populações coloniais	
(Moçambique, primeira metade do século XX)	
Cristina Nogueira da Silva	67
“Etnografia Angolana” (1935-1939):	
histórias da coleção fotográfica de Elmano Cunha e Costa	
Cláudia Castelo e Catarina Mateus	85
Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956)	
A fotografia como instrumento de trabalho e propaganda	
Ana Cristina Roque	107
Fotografias da Missão Antropológica	
e Etnológica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo	
Ana Cristina Martins	117
Caçados e caçadores nas fotografias do arquivo	
da Companhia de Moçambique	
Bárbara Direito	141

Olhar as mudanças sociais em São Tomé e Príncipe
através das fotografias
Augusto Nascimento 157

2. CONHECIMENTO / CIRCULAÇÃO

Fotografia científica em Angola no último quartel do século XIX:
o caso do naturalista José de Anchieta
Nuno Borges de Araújo 171

Do nome à imagem: percursos de uma planta tropical de São Tomé
numa fotografia do final do século XIX
António Carmo Gouveia..... 183

A fotografia e a edificação do Estado Colonial:
a missão de Mariano de Carvalho à província de Moçambique em 1890
Paulo Jorge Fernandes..... 195

Olhares britânicos: Visualizar Lourenço Marques na ótica
de *J and M Lazarus*, 1899-1908
Noeme Santana..... 211

A preto e branco: folheando os relatórios médicos da Diamang
Teresa Mendes Flores..... 223

O feitiço das imagens: trabalhadores industriais modernos
na paisagem colonial em Moçambique
Nuno Domingos 243

Imagens de muçulmanos em tempos de sedução colonial
Mário Machaqueiro..... 259

3. EXPOSIÇÃO / REPRODUÇÃO

Imaginar o império através da revista ilustrada
O Occidente (1878-1915)
Leonor Pires Martins 277

O esplendor dos atlas:
fotografia e cartografia visual do Império no limiar do século XX
Teresa Castro..... 291

Fotografia e ilustração na literatura colonial do Estado Novo
Rita Carvalho 305

Viagens entre a Índia e o arquivo:
Goa em fotografias e exposições (1860-1930)
Filipa Lowndes Vicente..... 319

Para ver, para vender: o papel da imagem fotográfica
nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940)
Nadia Vargaftig 343

Imagens de Angola e Moçambique na metrópole.
Exposições de fotografia no Palácio Foz (1938-1960)
Inês Vieira Gomes..... 353

Cinema império:
contributos para uma genealogia da imagem colonial
Maria do Carmo Piçarra 367

4. RESISTÊNCIA / MEMÓRIA

As provas da “civilização”: fotografia, colonialismo e direitos humanos
Miguel Bandeira Jerónimo..... 387

Angola 1961, o horror das imagens
Afonso Ramos 399

Etnografia visual da Guerra Colonial. Luta de libertação na Guiné
Catarina Laranjeiro 435

Descolonizando enunciados:
a quem serve objectivamente a fotografia?
Carlos Barradas 447

A fotografia artística contemporânea como identidade pós-colonial
Susana Martins e António Pinto Ribeiro 461

Do Arquivo à Instalação, no trabalho de Umrao Singh Sher-Gil
e do neto Vivan Sundaram
Ruth Rosengarten 475

www.diamangdigital.net: memória, performance, colonialidade
Nuno Porto 487

NOTAS BIOGRÁFICAS 497

A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): Modos de representar, diferenciar e classificar da “antropologia colonial”¹

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS

Introdução: *To see is to know*

A fotografia é um meio de registo. Em geral, os registos são feitos por iniciativa individual ou solicitados – por alguém com propósitos e objectivos próprios – e posteriormente podem ser seleccionados, organizados e arquivados. O contexto do registo começa com a expectativa individual da sua criação, ou com a solicitação de determinados elementos e com o processo de captação da própria imagem, que inclui a utilização de materiais específicos sob condições, por vezes, especiais. O público-alvo do registo pode ser escolhido e a forma como é apresentado pode influenciar a percepção de quem o observa.

A prática de utilizar imagens de humanos para estabelecer comparações, de forma mais sistematizada, e inicialmente sob a forma de desenhos, remonta aos estudos fisionómicos e à obra de Johann Caspar Lavater (1741-1801), que procurou estabelecer relações entre a aparência externa e a constituição interna². Com Lavater, a fisiognomonia, que tomava em conta a classe social e a “raça” tornou-se comum. O método consistia em medir partes do corpo, representar essas medidas graficamente e estabelecer comparações; o seu objectivo era procurar “tipos” físicos distintos ou inventariar tipos físicos raciais, regionais ou nacionais. Com a descoberta da fotografia, a técnica de observação passou a ser aplicada ao registo que ela permitia, sendo possível desenvolver, a partir deste, estudos de fisiognomonia comparativa.

A fotografia permitiu dar continuidade a uma tradição de estudos no âmbito da medicina e da antropologia física, que utilizava os desenhos, assim como os elementos antropométricos, facilmente observáveis e mensuráveis, e um conjunto de instrumentos, que procuravam obter dados “objectivos” facilitadores do desenvolvimento do método comparativo. As práticas antropométricas do século XIX serviram também para transformar o vivo no quieto, o sujeito no objecto, e nesta transmutação residiu a definição de ciência e objectividade³. Tais práticas foram paralelas a outras análises que incidiam em medições e/ou quantificações como, por exemplo, estatísticas do corpo, pulsações por minuto, respiração abdominal, temperatura corporal e peso⁴. Nascida com o positivismo, a fotografia tornou-se uma execução material do pressu-

¹ Agradeço o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD 91349/2012), as informações dadas por Norberto Santos Júnior e o material disponibilizado pelo Centro de Memória em Torre de Moncorvo.

² Johann Caspar Lavater, *Physiognomische Fragmente*, 4 vols. (Leipzig e Winterthur: s.n., 1775-78).

³ Christopher Pinney, “The Parallel Histories of Anthropology and Photography” in Elizabeth Edwards, org., *Anthropology & Photography, 1860-1920*, (Londres, Royal Anthropological Institute, 1992), pp. 74-95.

⁴ O tema da antropologia física e da antropometria no caso português é tratado em Nuno Luís Madureira, “A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX”, *Etnográfica*, vol. 7, n.º 2 (2003), pp. 283-303.

posto de objectividade preconizado por essa corrente. Enquanto instrumento positivista e revelador do real e da natureza, a fotografia, segundo a máxima “ver é conhecer” (*to see is to know*), materializava a realidade e constituía uma parte do todo⁵. A noção segundo a qual ver é conhecer está associada a outra – a de que o conhecimento pode ser visualmente representado e facilmente transportável para audiências distintas, ou é passível de ser impresso em vários formatos. O alargamento dessa prática fez com que ela se generalizasse pelos finais do século XIX e inícios do século XX.

Os indivíduos que foram analisados puderam desse modo deslocar-se do terreno para o laboratório. Um dos manuais mais antigos e conhecidos para a recolha de dados é o impulsionado por Edward Burnett Tylor (1832-1917), intitulado *Notes and Queries on Anthropology* (1874)⁶. O seu objectivo era orientar os viajantes, e alguns habitantes de locais considerados ainda não civilizados, para coligir dados etnográficos, incluindo fotografias. Tais recolhas seriam posteriormente a base para a teorização antropológica no Reino Unido. Por outro lado, a utilização da fotografia nos trabalhos antropológicos foi inicialmente proposta pelo cirurgião e antropólogo Paul Broca (1824-1880), fundador da Escola de Antropologia de Paris, segundo o qual o busto devia ser fotografado com a cara de frente e de perfil e com os braços estendidos. Nesta modalidade, adoptada entre outros pelos antropólogos físicos portugueses, é evidente a rigidez da postura e a falta de expressividade dos rostos. Denota-se ainda a diferença de poder instituída entre o observado e o observador.

Através da câmara fotográfica e, ao contrário do trabalho desenvolvido pelos investigadores, susceptível de ser contaminado pela subjectividade, a fotografia permitiria, no entender dos seus praticantes, não exagerar ou distorcer a realidade⁷. Assim, ao ser dos poucos que permitiam fixar e guardar realidades que estavam a ser adulteradas, ou condenadas a desaparecer, era um objecto privilegiado. Considerava-se ainda que esse fenómeno existia tanto nas metrópoles ocidentais como nas sociedades coloniais. A partir de meados do século XIX a imagem fotográfica foi divulgando também o contexto colonial, dando conta de actos oficiais, ilustrando aspectos técnicos ou documentando, do ponto de vista etnográfico, trabalhos científicos. Podiam ser impressas em livros, jornais, postais para um público alargado (não necessariamente especializado), ou divulgadas em filmes documentais.

Como facilmente se pode verificar, tanto a antropologia como a fotografia tiveram histórias paralelas. Uma das primeiras referências à utilidade do processo fotográfico para a antropologia encontra-se no manual produzido pela Ethnological Society of London (criada em 1843), intitulado *A Manual of Ethnological Inquiry*, para ser distribuído por missionários, militares, cientistas e viajantes⁸. O seu carácter confuso, uma vez que contemplava o levantamento de aspectos específicos, mas complexos, tanto do ponto de vista físico como sociocultural, foi o suficiente para convencer a British Association for the Advancement of Science, patrocinadora do projecto, a cancelar o mesmo. Mas não sem antes James Cowles Prichard (1786-1848) o ter revisto como uma contribuição para o *Manual of Scientific Inquiry* (1849), isto é, um livro

⁵ Expressão associada também a uma ideia que se fez passar durante as grandes exposições, do século XIX e inícios do século XX, nas quais eram exibidos aos países do Atlântico Norte indivíduos provenientes de países de outras latitudes, considerados exóticos e amiúde sob a jurisdição de uma administração colonial. Sobre a exposição de seres humanos nas grandes exposições organizadas pelos portugueses, vide Patrícia Ferraz de Matos, “Power and Identity: The Exhibition of Human Beings in the Portuguese Great Exhibitions”, *Identities. Global Studies in Culture and Power*, vol. 21, n.º 2 (2013b), pp. 202-218.

⁶ Anónimo, *Notes and Queries on Anthropology, for the Use of Travelers and Residents in Uncivilized Lands* (Londres: Edward Stanford, 1874). Publicado através de várias edições entre 1874 e 1951.

⁷ Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Tese de doutoramento, Coimbra, FCTUC, 2002), p. 151.

⁸ Anónimo, “A Manual of Ethnological Inquiry”, *Journal of the Ethnological Society of London* (1848-1856), pp. 190-208. Nele, o estudo da variabilidade humana incluía aspectos físicos e socioculturais.

de bolso que cobria todas as áreas científicas, incluindo instruções filológicas. Estas últimas tinham como objectivo ajudar os viajantes a apurar as suas competências auditivas, já que para construir listas de vocabulário e registar elementos fonéticos de outras línguas (ao contrário de outras áreas, como a observação visual ou a botânica), eram importantes as capacidades de ouvir, recordar, reproduzir e articular sons estrangeiros e novas palavras⁹.

Uma das práticas dominantes desta altura foi o mapeamento de características raciais. Em 1869, e enquanto presidente da Ethnological Society of London, o biólogo darwiniano Thomas Henry Huxley (1825-1895), iniciou um projecto com vista a produzir um registo fotográfico das “raças do império britânico”, sendo tal facilitado pelo Colonial Office em Londres. De acordo com Huxley, grande parte das fotografias antropológicas tinham pouco valor porque não eram tiradas num bom plano. Com vista a produzir um documento fotográfico que permitisse dados comparáveis, Huxley sugeriu que os indivíduos fossem fotografados nus, com poses estabelecidas, de frente e de perfil, que cada pose fosse acompanhada por uma escala de medida colocada no mesmo plano do indivíduo e que a câmara estivesse a uma distância fixa relativamente ao fotografado. Contudo, este método veio a revelar várias dificuldades técnicas, nomeadamente na determinação da estatura¹⁰. Este mapeamento somático permitia a sistematização dos dados e a sua utilização no método comparativo, que tinha como objectivo, a partir da inventariação de elementos biológicos, a diferenciação e a determinação das supostas “raças” humanas. Todavia, e apesar de podermos insinuar que a fotografia é uma metáfora da verdade objectiva – uma noção a que aludiu Elizabeth Edwards¹¹ –, o caso do trabalho de Huxley veio a revelar falhas que não permitiram a aceitação total da evidência fotográfica para a antropologia então emergente: por um lado, as tensões existentes no contexto colonial impediam uma caracterização homogeneizada; por outro, a fotografia não podia ser aceite, de forma ingénua, como sendo realista. Por seu turno, em meados dos anos 70 do século XIX, Francis Galton (1822-1911) desenvolveu um método fotográfico composto no sentido de delinear o “tipo” humano e isolar as suas características, o que constituiu uma trajectória na antropologia física e, mais tarde, na eugenia. Esta ideia de tipo está associada à de indivíduo privado de agência.

Num texto sobre a utilização da fotografia no Museu do Dundo em Angola durante o período colonial, Nuno Porto distingue “tipo” e “retrato”. Segundo o autor, os retratos de nativos foram criados como objectos de conhecimento e, posteriormente, tornaram-se itens de troca cerimonial. Nesse contexto, foram tiradas fotografias a chefes nativos, que eram os representantes das suas “raças”, mas também os mediadores entre a administração colonial e a população local. Nos retratos, a estética formal do “tipo”, com o fundo neutro, e as vistas de frente e de perfil, foi substituída por uma fotografia mais informal produzida num espaço que, ainda assim, está inserido no contexto colonial. Sobressaem, contudo, dois registos: o do nativo “tribal” e o do nativo “assimilado”. Além disso, enquanto o “tipo” era restrito aos serviços da Diamang, aos interesses de trabalho, aos serviços de saúde ou à antropologia física, já o

⁹ Michael T. Bravo, “Ethnological encounters”, in N. Jardine, J. A. Secord e E. C. Spary, *Cultures of Natural History*, (Cambridge, Cambridge University Press, 1996), p. 344.

¹⁰ No método sugerido por Huxley não são dadas instruções fotográficas mais detalhadas acerca da focagem ou da iluminação, ao contrário do que aconteceu posteriormente com o sistema de Bertillon para a antropometria criminal, que procurou elevar o trabalho fotográfico a uma ciência exacta e sistemática (Elizabeth Edwards, “Professor Huxley’s ‘Well-considered Plan’” in Elizabeth Edwards, *Raw histories: photographs, anthropology and museums*, (Oxford, Berg, 2001), p. 138.

¹¹ Edwards, “Professor Huxley’s ‘Well-considered Plan’”, p. 133.

retrato implicava a sua circulação pública¹². Apesar de muitos dos chefes nativos incluídos nos retratos serem reconhecidos em apenas alguns campos restritos, e de as suas fotografias não significarem nada, paradoxalmente, e como que para compensar essa falta, segundo Nuno Porto, elas funcionam muito bem, embora não da mesma forma para todas as pessoas, já que estamos a falar de uma “cultura colonial”¹³ – essencialmente incerta, circunstancial e experimental¹⁴.

De facto, a partir dos finais do século XIX, a fotografia passou a fazer parte dos estudos antropológicos de forma mais sistematizada, tornando-se um modo de representação visual privilegiado¹⁵. Numa disciplina caracterizada por Margaret Mead como uma disciplina de palavras¹⁶, a imagem, e a fotografia em especial, foi e continua a ser uma fonte primordial para a antropologia. Desde então a fotografia passou a ser utilizada como: uma técnica no trabalho de campo; um instrumento analítico no laboratório; um meio de registar aspectos etnográficos e de, eventualmente, os divulgar em trabalhos, no sentido de os ilustrar visualmente. No presente capítulo irei explorar o papel que a fotografia teve enquanto elemento de documentação de trabalhos de teor antropológico e, por vezes, como instrumento auxiliar de algumas práticas antropológicas da primeira metade do século XX. A partir da obra de Mendes Correia, antropólogo e arqueólogo, formado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto e mentor da Escola de Antropologia do Porto, analisarei o modo como a fotografia foi utilizada em artigos científicos que se debruçavam sobre o império e como foram retratados alguns indivíduos que se encontravam sob a administração colonial portuguesa. Mostrarei como a fotografia foi sempre solicitada no âmbito das suas pesquisas e esteve presente nos vários contextos de trabalho em que se envolveu: nas sessões da SPAE; nas aulas práticas da cadeira de Antropologia da FCUP; no âmbito dos estudos de antropologia criminal; no CEEP; nas missões antropológicas e em duas das suas obras principais – *Timor Português* (1944a) e *Raças de Império* (1943). No caso deste segundo livro analisarei a obra, em geral, e as fotografias que dele fazem parte, sobretudo as que se referem ao âmbito colonial, em particular. Como veremos no final, as fotografias relacionadas com a obra de Mendes Correia eram tomadas à partida como relevantes, uma vez que ilustrariam o “real”, tomado amiúde como estando a desaparecer. As fotografias captariam o “real” e registá-lo-iam para conhecimento futuro. Tal procedimento, baseado no já referido princípio de que “*to see is to know*”, virá contudo a denunciar as limitações de algumas práticas antropológicas e, por outro lado, a expor as indeterminações e as dificuldades suscitadas no contexto do colonialismo português.

A fotografia na obra de Mendes Correia

Mendes Correia valorizou a utilização da fotografia. Quando apresentava propostas de pesquisa, contemplava sempre a solicitação de financiamento para aquisição de máquinas fotográficas e filmes de revelação. Porém, muitas

vezes não existe nas propostas um fotógrafo oficial contratado, ou seja, quem estava encarregue das restantes recolhas deveria também tratar das fotografias, mediante directrizes que lhe eram transmitidas¹⁷. As fotografias, e também as “projectões luminosas”¹⁸, eram utilizadas com alguma frequência nas conferências proferidas na SPAE (sociedade da qual foi fundador em 1918 e presidente a partir de 1929) pelos seus sócios¹⁹. Por outro lado, a utilização de fotografias de frente e de perfil fazia parte das componentes “observação antropológica no vivo” e “estudo de um crânio”, a par de elementos como “caracteres descritivos” e “antropometria”, incluídos nos assuntos leccionados nos “Trabalhos práticos de Antropologia”, previstos para o ano lectivo de 1915-1916 da cadeira de Antropologia, ministrada por Mendes Correia na FCUP²⁰. O programa da componente prática da cadeira permite-nos concluir que a presença dos elementos mensuráveis, assim como dos meios para os alcançar, têm um carácter predominante e um estatuto preferencial. Tal escolha encontra-se também em trabalhos de autores seus contemporâneos, que vêem esses elementos como promissores de análises mais objectivas e conclusões mais correctas. As observações podiam ser efectuadas no corpo vivo ou no esqueleto; as no vivo permitiam a descrição de caracteres, a medição de partes do corpo, a realização de fotografias de frente e de perfil, o preenchimento de fichas (antropométrica e dactiloscópica), assim como a determinação dos coeficientes de robustez física e o estudo da cor dos olhos e dos cabelos. Já as observações do esqueleto eram dirigidas sobretudo para o crânio e incluíam a sua descrição, medição e fotografia.

Outra área em que a fotografia foi valorizada por Mendes Correia foi a da antropologia criminal²¹. Em Portugal a tradição de estudos neste âmbito vem de finais do século XIX com a realização, por exemplo, da tese de doutoramento de Roberto Frias, intitulada *O Crime, apontamentos para a sua sistematização* (1880), quatro anos depois de ter sido publicado o influente *L'uomo delinquente* de Cesare Lombroso. Os anos 80 e 90 do século XIX assistiram ao nascimento e consolidação de instrumentos de controlo da criminalidade, e dos indivíduos considerados criminosos, e ao aprimorar de técnicas e instrumentos de mensuração do corpo. De acordo com a legislação que cria os Postos Antropométricos (de 17.8.1899) seria necessário “tomar as medidas antropométricas de todos os presos que derem entrada na Cadeia Central” (Art. 81.º, 2.º)²². Ainda em 1899 considera-se que os postos antropométricos deveriam estar apetrechados com o sistema Bertillon junto das Procuradorias Régias (Decreto-lei de 16.11.1899) e em 1901 criam-se postos de recolha de fotografias, medidas físicas e impressões digitais nas cadeias civis de Lisboa, Porto e Ponta Delgada (Decreto-lei de 21.9.1901)²³. Segundo o Art. 77.º do decreto de 1901, as cadeias teriam um posto antropométrico destinado ao estudo da antropologia criminal e a auxiliar “os serviços policial e dos tribunais na verificação exacta, tanto quanto possível, da identidade dos indivíduos que nêlas derem entrada”. A par de várias especificidades físicas a colocar no boletim de identificação do preso, eram realizadas fotografias, de frente e de perfil, às quais pertencia um número de ordem²⁴.

¹² Nuno Porto, “‘Under the gaze of the ancestors’: Photographs and performance in colonial Angola” in Elizabeth Edwards e Janice Hart, org., *Photographs, Objects, Histories*, (Londres e Nova Iorque, Routledge, 2004), p. 121.

¹³ O autor recorre à expressão de Nicholas Thomas para quem as culturas coloniais foram caracterizadas mais por uma grande indeterminação e experimentação social do que pela sua agenda prescrita. Nicholas Thomas, *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Cambridge: Polity Press, 1994).

¹⁴ Porto, “‘Under the gaze of the ancestors’...”, pp. 128-129.

¹⁵ Elizabeth Edwards, por exemplo, examina o papel da fotografia no método antropológico nos finais do século XIX em dois projectos desta altura, um em Inglaterra e outro na Alemanha. Elizabeth Edwards, “Photographic ‘types’: The pursuit of method”, *Visual Anthropology*, n.º 3 (1990), pp. 235-258.

¹⁶ Margaret Mead, “Visual Anthropology in a Discipline of Words” in Paul Hockings, org., *Principles of Visual Anthropology* (The Hague, Mouton, 1975), pp. 3-10.

¹⁷ No caso de várias escavações arqueológicas em que Mendes Correia participa é o seu irmão (Humberto Mendes Correia), engenheiro de formação e profissão, quem realiza as fotografias. Parte desse espólio está no Museu de História Natural da UP.

¹⁸ Modalidade na qual as imagens eram projectadas e ampliadas numa parede, ou outra superfície, e que antecedeu a projecção cinematográfica.

¹⁹ Patrícia Ferraz de Matos, *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal*, (Tese de Doutoramento, Lisboa, ICS, 2012).

²⁰ Mendes Correia, *Antropologia: Resumo das lições feitas pelo Assistente, servindo de Professor da Cadeira* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1915).

²¹ Mendes Correia, *Os Criminosos Portugueses: Estudos de Antropologia Criminal* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1.ª ed., 1913; Coimbra: F. França Amado, 2.ª ed., 1914).

²² <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150>, acedido em 6.12.2011.

²³ <http://www.redeconhecimentojustica.mj.pt/Category.aspx?id=78>, acedido em 6.12.2011.

²⁴ <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150>, acedido em 6.12.2011.

A 2 de Março de 1902 foi criado, por António Ferreira Augusto, o Posto Antropométrico Central, junto da Cadeia Civil e do Tribunal da Relação do Porto, sob a direcção de Luís de Freitas Viegas, professor catedrático de Anatomia na Escola Médico-Cirúrgica e fundador e primeiro presidente da SPAE. O Posto Antropométrico viria a ser o local de arquivo de milhares de fichas antropométricas e dactiloscópicas, assim como de fotografias de indivíduos considerados “delinquentes”²⁵. As exigências relativas à captação de fotografias foram aplicadas primeiro no Posto Antropométrico da Cadeia da Relação do Porto, num trabalho realizado por Horácio José Leitão. O fundo documental deste posto, hoje à guarda do Centro Português de Fotografia, é constituído essencialmente por retratos de presos, mas inclui outra documentação da referida cadeia²⁶. Nesta análise não irei, contudo, incluir as fotografias captadas na prisão, em hospitais, ou na Tutoria da Infância do Porto (onde Mendes Correia emitia pareceres, enquanto médico, acerca de várias crianças e jovens), em locais que Michel Foucault designaria como espaços de vigilância, em que o poder de resistência é negado²⁷. O contexto sobre o qual me irei debruçar será o produzido numa “situação colonial”, ou seja, caracterizado pela negociação entre vários e distintos poderes²⁸.

No âmbito da sua ligação ao CEEP, sediado na UP, primeiro como vogal da direcção e depois como presidente, Mendes Correia também reservou um lugar importante para a fotografia. Enquanto esteve ligado àquele centro procurou obter fundos para as despesas com esse material de registo. Para organizar a secção de etnografia do CEEP, convidou o antropólogo português Jorge Dias (1907-1973), que a partir de 1947 começou a constituir uma equipa de colaboradores no sentido de desenvolver uma investigação no domínio da etnologia e da etnografia portuguesas. Esses colaboradores eram: Margot Dias (1908-2001), Fernando Galhano (1904-1995), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) e Benjamim Pereira. Do plano de investigação da equipa fazia parte a elaboração de uma cartografia etnográfica do país. Havia uma preocupação com a exaustividade e com a sistematização, sendo a fotografia utilizada como elemento de investigação; o mesmo ocorria com a necessidade de desenhar os objectos, tendo tido Fernando Galhano um papel fundamental nessa função²⁹.

As fotografias tiveram um papel determinante também no âmbito das missões antropológicas. Segundo as orientações de Mendes Correia, dirigidas aos participantes da missão antropológica de Moçambique, por exemplo, entre o material técnico deveriam estar os elementos necessários à realização dos trabalhos de antropologia física, tais como estojos antropométricos³⁰, escalas para a cor dos cabelos, olhos e pele, e material fotográfico (máquinas e vários metros de filme), todos fornecidos pelo IAUP. Nas cartas que lhe foram dirigidas, o seu colaborador Santos Júnior, responsável pela missão antropológica de Moçambique, faz menção ao uso de fotografias enquanto descreve a diversidade na recolha de elementos (biológicos, culturais e arqueológicos) e as condições adversas dos trópicos: “tirei muitas fotografias e fiz alguns desenhos de tatuagens, de mãos e de pés, e alguns apontamentos esboçados de perfis labiais

²⁵ Mendes Correia, *A Escola Antropológica Portuguesa* (Lisboa: s.n., 1941), p. 14.

²⁶ Em 1997 foi realizada uma exposição com fotografias deste fundo (AAVV, *Murmúrios do Tempo*, Porto: Centro Português de Fotografia, 1997).

²⁷ Michel Foucault, *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (Edições 70, 2014 [1987]).

²⁸ Utilizo a expressão de Georges Balandier para referir o contexto colonial, que reuniu em territórios definidos indivíduos diferentes entre si e conduziu a relações de poder (dominação *versus* subordinação). Georges Balandier, “The Colonial Situation: a theoretical approach” in Pierre L. van der Berghe, Org., *Africa: Social Problems of Change and Conflict*, (San Francisco, Chandler, 1951), pp. 34-61.

²⁹ A partir de 1949 o CEEP divide-se nas secções de: “pré-história” (dirigida por Mendes Correia), “antropologia física” e “biologia humana” (dirigida por Alfredo Athayde) e “etnografia” (dirigida por Jorge Dias). Só a 18.5.1954, com a publicação da portaria 14.886, foi criado o CEEU, em Lisboa, com o apoio do ISEU e da JMGIU, que já incluía a vertente ultramarina.

³⁰ A expressão utilizada pelo autor é “trousses antropométricas”. Usualmente, as “trousses anthropométriques” incluíam pinça de medir, compasso de calibre e fita métrica, entre outros.



Figura 1. Missão antropológica a Moçambique (campanha de 1948). Norberto (filho de Santos Júnior) realizando as medições aos nativos na varanda do Posto de Larde. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.

e de narinas”³¹. Em outra carta afirma: “estudei 12 anomalias de pés tendo tirado fotografias e feito desenhos e impressões dermo-papilares”³².

Da missão antropológica de Moçambique, com campanhas em 1936, 1937-38, 1945, 1946, 1948 e 1955-56, resultou um número considerável de fotografias – 2733 segundo Ana Cristina Roque³³. No que respeita às imagens fotográficas, e apesar do interesse inicial nas recolhas incidir, provavelmente, mais no âmbito da antropologia física e dos estudos antropométricos (figura 1), elas permitem perceber que existem outras preocupações e se procura dar conta de outros elementos – matérias (roupas, adereços), contextos (locais, festividades, sepulturas), quotidiano (actividades económicas, embarcações, identificação de plantas), património cultural (utilização de tecidos, máscaras, pinturas faciais) e património edificado (igrejas, pontes). Tal como acontece em algumas fotografias publicadas no *Boletim Cultural da Guiné* e analisadas por Clara Carvalho, várias vezes “os sujeitos retratados não são nomeados” e “a sua identificação vai assentar nas tipologias étnicas e nas categorias de género (‘mulher felupe’ ou ‘homem balanta’, por exemplo)”³⁴. Estas fotografias da missão antropológica a Moçambique não foram publicadas, nem mesmo na altura da missão. Por outro lado, ainda que com uma intenção etnográfica, algumas imagens foram captadas por funcionários da administração colonial, ou pelos seus colaboradores, e com a anuência de autoridades locais, como os régulos, denunciando assim as estruturas do poder colonial, mas também o facto de que as missões antropológicas não poderiam ter sido realizadas sem a colaboração da contraparte local (figura 2).

No âmbito do que entendia ser uma antropologia colonial, Mendes Correia publicou, entre vários trabalhos, as obras *Timor Português, Contribuições para o seu estudo antropológico* (1944a), sobre um dos locais do chamado império colonial português, e *Raças do Império* (1943) sobre todos os locais

³¹ Carta de Santos Júnior a Mendes Correia, 9.10.1945, Museu de História Natural da FCUP.

³² Carta de Santos Júnior a Mendes Correia, 16.10.1946, Museu de História Natural da FCUP.

³³ Ana Cristina Roque, “Missão Antropológica de Moçambique: Antropologia, História e Património” in Ana Cristina Martins e Teresa Albino, org., *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1883-2010*, (Lisboa, IICT, 2010), pp. 84-89.

³⁴ Clara Carvalho, “O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa”, in Clara Carvalho e João de Pina-Cabral, org., *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, (Lisboa, ICS, 2004), p. 136.



Figura 2. Missão antropológica a Moçambique (campanha de 1948). Da esquerda para a direita: Norberto Santos Júnior (filho de Santos Júnior), Administrador Farinhote, Régulo Maculá, Dr. António Augusto e Chefe de Polícia Santos*. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.

* Segundo as informações cedidas por Norberto Santos Júnior em Agosto de 2010 em Moncorvo.

desse império, incluindo a metrópole e os seus territórios insulares (Açores e Madeira), que tratarei nos pontos seguintes³⁵.

As fotografias do livro *Timor Português* (Correia, 1944a)

Timor Português é a primeira grande monografia que se realiza em Portugal sobre esse território. Trata-se de um texto longo (235 páginas), que vem a ser pioneiro dos trabalhos de António de Almeida e de Ruy Cinatti³⁶. Para Mendes Correia, uma das características de Timor é não só a diversidade em termos de grupos humanos (onde podemos distinguir os que têm “traços” malaios, traços melanésios ou papua, e ainda os que não são facilmente identificáveis), mas também a variedade linguística. As 50 fotografias de *Timor Português* apresentam-se a preto e branco e estão colocadas para além do texto, em páginas próprias e impressas em papel especial (figura 3). Possuem, na maioria das vezes, uma legenda e uma pequena descrição, podendo indicar, embora raramente, a informação de quem as cedeu, como é o caso de Abel Tavares (duas fotografias) e do capitão Correia de Campos (duas fotografias). No que concerne à sua descrição, o autor utiliza amiúde a expressão “talvez” quando indica elementos, ou classificações, do âmbito da antropologia física³⁷. No entanto, e em comparação com o livro *Raças do Império* (1943), é notório que assume uma maior predisposição para incluir classificações físicas e, dada a inexistência de certezas a esse nível, daí advém, provavelmente, a utilização dessa expressão. Por vezes, é indicada a existência de uma doença ou essa possibilidade, o que denuncia o seu interesse e os conhecimentos relativamente à área médica³⁸. Há ainda várias fotografias que não se referem especificamente a indivíduos e suas características físicas, mas a práticas culturais, construções, habitações,

³⁵ Sobre os trabalhos produzidos por Mendes Correia, vide Matos, *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto*.

³⁶ António de Almeida, “Da onomástica-tabu no Timor Português – antropónimos e zoónimos”, *In Memoriam*, III (1974), pp. 9-26; Ruy Cinatti, “Alguns aspectos de mudança social no Timor Português”, *In Memoriam*, vol. 3 (1974), pp. 95-105.

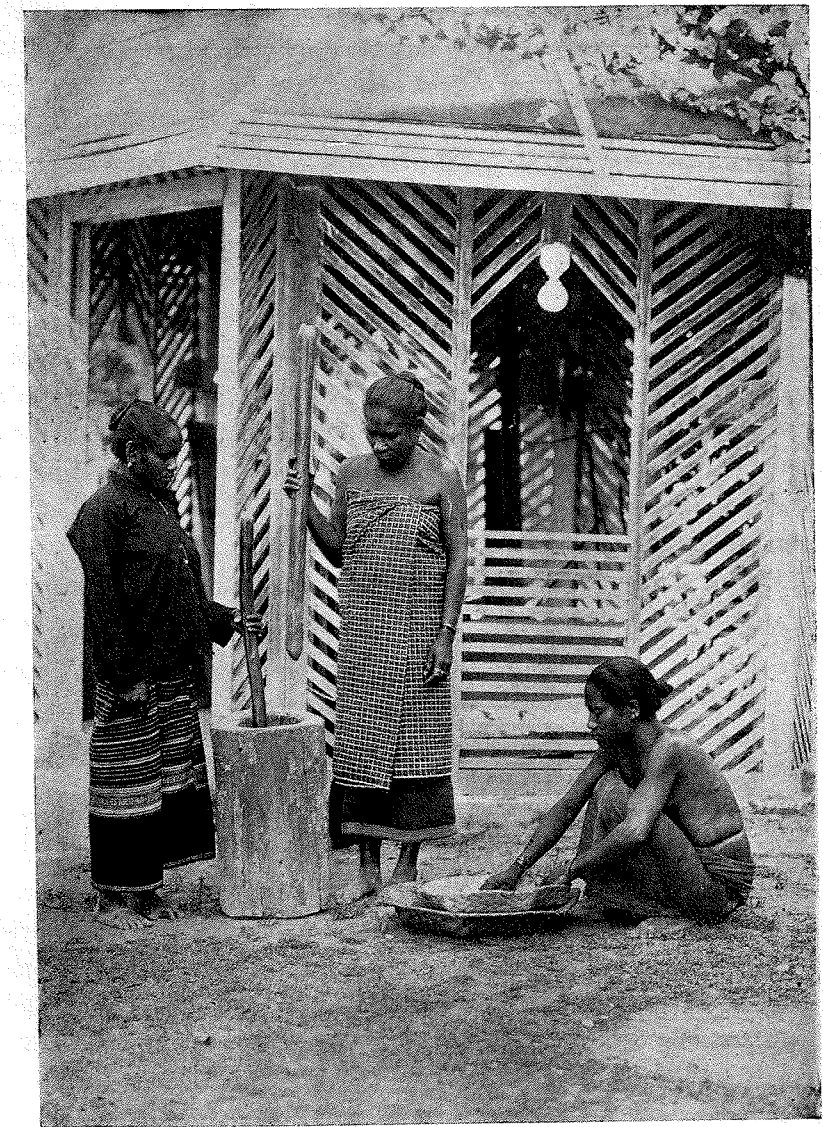
³⁷ Nas legendas das fotografias surgem expressões como: “proto-malaio”, “europóide”, “melanésioide”, “dêutera-malaia”, “vedóide”, “vedo-australóide” e “caucasóide”.

³⁸ Tal acontece nas estampas XIII e XXXVII, onde nos informa da existência de “mongoloidismo”.

Figura 3. “Mulheres de Loré (Lautém), descansando e peneirando arroz”. Estampa XLIV do livro *Timor Português*, Mendes Correia, 1944a. Fotografia cedida por Abel Tavares.

ESTAMPA XLIV

TIMOR PORTUGUÊS



Fot. cedida pelo Dr. ABEL TAVARES.

MULHERES DE LORÉ (LAUTÉM), DESCASCANDO E PENEIRANDO ARROZ.

³⁹ Estas fotografias – cerca de 549 – foram inicialmente organizadas num álbum, conhecido por “Álbum Fontoura”, do qual existirão três exemplares: Álvaro Fontoura, *Colónia Portuguesa de Timor*, (S.l.: s.n., 1936-1940 [?]). Vide <http://www.ics.ul.pt/ahsocial/fontoura/apresentacao/Default.htm>, acedido em 20.5.2014.

⁴⁰ Essa viagem foi descrita posteriormente em Mendes Correia, *Um Mês em Timor. Palestras na Emissora Nacional, na Série “A Ciência ao Serviço da Humanidade”* (Lisboa: s.n., 1955).

actividades quotidianas ou indumentária. Além das fotografias, o livro contém três desenhos a cores.

Da obra *Timor Português* faz parte a descrição e a medição dos timorenses que participaram na Exposição Colonial do Porto (1934) e na Exposição do Mundo Português (Lisboa, 1940) e centenas de fotografias de timorenses de várias regiões, encomendadas pelo tenente-coronel Álvaro Fontoura, governador de Timor entre 1937 e 1940³⁹. Mendes Correia só viria a visitar o território em 1953, durante um mês⁴⁰. Contudo, e apesar do carácter de trabalho de laboratório que *Timor Português* revela, o livro foi recebido a nível nacional e

internacional. Arthur Keith, por exemplo, felicitou o autor pela obra através de uma carta, enviada a 6.2.1945, onde enaltece a utilização das fotografias da colecção de Fontoura; segundo o próprio, “if you cannot diagnose a man’s race from his photograph, you will never succeed by calipers or mathematics”⁴¹.

Este trabalho despertou, no entanto, o seu interesse para alguns aspectos que pôde apreciar melhor aquando da sua visita ao território em 1953. Nessa ocasião averiguou as condições para a instalação de um “Centro de Estudos local e promover trabalhos convenientes”⁴². O centro de investigação seria criado ainda nesse ano e reuniria a antropologia física, a pré-história, e a recolha de elementos variados – número de filhos, mutilações étnicas, línguas, alimentação e outras práticas culturais. A partir de 1953-54 uma equipa de antropólogos, coordenada por António de Almeida, desenvolveu no local um novo estudo, tendo trabalhado com Mendes Correia, Ruy Cinatti, entre outros. Todavia, no que respeita às pesquisas feitas sobre Timor (as de Mendes Correia e as de António de Almeida, principalmente) faltou, segundo Maria Johanna Schouten, “uma valorização das culturas tradicionais”; além disso, a actuação da administração colonial portuguesa caracterizou-se “pela indiferença, por campanhas militares sangrentas e pela exploração económica”⁴³.

As fotografias do livro *Raças do Império* (1943)

O livro *Raças do Império* foi divulgado pela Editora Portucalense em fascículos colecionáveis, num total de 625 páginas, entre 1943 e 1945. Destinado a um público geral e não especializado, seria no entanto, segundo o autor, de grande utilidade para “colonialistas, administradores, missionários, educadores, etc.”⁴⁴. É constituído por oito capítulos e resulta de um esforço de inventariação e descrição dos diversos habitantes dos territórios então administrados por Portugal, incluindo a metrópole e as ilhas adjacentes, que perfaziam “vinte milhões de portugueses”. Trata-se de uma obra extensa, com vários pormenores, desenhos e fotografias. Algumas descrições prendem-se com elementos de geografia, climatologia, arqueologia e pré-história. Partindo da pré-história do país, no sentido de conhecer as origens dos portugueses, o autor faz a história da sua expansão por outros territórios. Para cada um deles, elabora a descrição dos primórdios e analisa os grupos que os constituem. Estes incluíam a “população metropolitana” nas suas variedades (de Miranda ou do Ribatejo) e as “gentes” com que os portugueses estiveram em contacto ao longo da história e que, para o autor, estavam em “estados muito diversos de civilização”, tinham “atitudes psicológicas variadíssimas” e constituíam uma “heterogeneidade de tipos, de idiomas, de tendências”⁴⁵.

No estudo da diversidade humana Mendes Correia mostra apreço pelas tarefas que permitem uma melhor sistematização. Assim, tal como tinha abordado na cadeira de Antropologia da FCUP, salienta a importância dos caracteres raciais – descritivos e métricos⁴⁶. Refere que os utilizados no estudo e classificação das “raças” humanas são: a) os da morfologia externa⁴⁷; b) os

⁴¹ “Se não pode diagnosticar a raça de um homem a partir da sua fotografia, nunca poderá ser bem-sucedido com as pinças de medir ou a matemática”. *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT. Doc. n.º 99.

⁴² Carta de Mendes Correia (presidente da JMGIU), de 16.7.1953, dirigida ao presidente da comissão executiva da JMGIU. *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 2.º volume, IICT. Doc. 225.

⁴³ Maria Johanna Schouten, “Antropologia e colonialismo em Timor português”, *Lusotopie*, vol. 8, n.ºs 1-2 (2001), p. 167.

⁴⁴ Mendes Correia, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), p. 6.

⁴⁵ Correia, *Raças do Império*, p. 603.

⁴⁶ Correia, *Antropologia: Resumo das lições feitas pelo Assistente*.

⁴⁷ 1. Cor da pele; 2. cor dos olhos e dos cabelos; 3. forma do olho; 4. desenvolvimento do sistema piloso; 5. amplitude e inclinação da fronte; 6. forma e proeminência das arcadas supraciliares; 7. proeminência das maçãs do rosto; 8. forma do nariz; 9. espessura e reviramento maior ou menor dos lábios; 10. proeminência do mento (queixo); 11. forma dos seios na mulher; 12. linhas palmares e impressões digitais; 13. esteatopigia (saliência das nádegas [vide figura 4 deste capítulo]); 14. conformação dos órgãos genitais externos; 15. afastamento maior ou menor do dedo grande do pé, etc. (Correia, *Raças do Império*, pp. 18-24).

⁴⁸ Pressão arterial, metabolismo basal, agudeza visual, composição química do sangue e cheiro do corpo.

⁴⁹ Funcionamento do sistema nervoso e actividades psicológicas (força muscular, agudeza de sentidos [visão, paladar], escalas métricas de inteligência).

⁵⁰ Correia, *Raças do Império*, pp. 18-45.

⁵¹ Correia, *Raças do Império*, pp. 25, 38.

⁵² Durante este período foram criadas estruturas como a JMGIU (1936), o SPN (1933-1944), a MCCA (1937), o SNI (1944-1974), os cruzeiros às colónias, as Semanas das Colónias na SGL, e vários periódicos que se encarregaram de divulgar os conhecimentos sobre o império colonial português (Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire. Racialized Representations during Portuguese Colonialism* [Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books, 2013a]).

⁵³ Por exemplo: Egon Freiherr von Eickstedt (antropólogo físico alemão); Josep Maria Batista i Roca (historiador e etnólogo catalão); Felix von Luschan (médico, antropólogo e arqueólogo austríaco, fundador de uma escala cromática utilizada para classificar a cor da pele); Renato Biasutti (antropólogo físico italiano); Ernst Manker (antropólogo sueco, especialista nos Lapões); Arthur Keith (anatomista e antropólogo escocês); L. Cipriani (antropólogo físico italiano e um dos 42 signatários do documento “Manifesto da Raça” produzido no contexto do fascismo italiano); George Montandon (médico e antropólogo físico francês); H. Lundborg (antropólogo físico sueco); Edwin Meyer Loeb (antropólogo sociocultural americano); Johannes Pieter Kleiweg de Zwaan (antropólogo físico holandês); Martin Gusinde (padre e etnólogo alemão, especialista nos índios da Terra do Fogo); Erwin Baur (geneticista e botânico); Eugen Fischer (médico e antropólogo físico) e Fritz Lenz (geneticista) – todos eles alemães e autores de um livro sobre hereditariedade e higiene racial; Samuel Schwarz (engenheiro de minas e historiador polaco, de religião judaica).

⁵⁴ A estes indivíduos é associado, por vezes, um “tipo”, baseado nas características fenotípicas, na zona onde vivem, ou na profissão que exercem. Embora essa classificação possa ser inspirada em outros autores, como Fonseca Cardoso, alguns exemplos são: “tipo médio de pescadora poveira” (Correia, *Raças do Império*, p. 192); “pescador poveiro de tipo semítico-fenício” (*idem*, p. 192); “minhoto do tipo nórdico” (*idem*, p. 195); “beirão do distrito de Viseu (tipo ibero-insular, baixa estatura, dolicocefalo, moreno)” (*idem*, p. 204); “habitante de Alenquer, tipo mediterrâneo

antropométricos (estatura, índice cefálico e índice nasal); c) elementos internos (dimensões de vísceras, diferenciação de músculos e grupos de músculos, dimensões e morfologia do cérebro); d) elementos de fisiologia⁴⁸ e de “psicologia racial”⁴⁹; e) caracteres culturais: vida material, vida psíquica e outros elementos⁵⁰. O professor reconhece que as influências do meio (alimentação, saúde, condição social) podiam influenciar a estatura, por exemplo, mas esta continuava a ser um carácter distintivo de “raças”. Por outro lado, regista que, ao nível da fisiologia e da “psicologia racial”, “a superioridade dos brancos em conjunto aparece nítida na maior parte dos estudos levados a efeito”⁵¹. Em termos teóricos, refere-se às orientações predominantes no estudo das manifestações culturais, como a escola evolucionista e a escola histórico-cultural (tendo como representantes Frobenius, Ankermann, Grabner, Schmidt, entre outros).

O investimento que a obra revela está ligado ao contexto em que foi produzida, no qual a divulgação do império foi uma das grandes apostas do Estado Novo⁵². É nesse sentido que deve ser entendida a quantidade e a diversidade de imagens que o livro inclui, em fotografia e desenho, a preto e branco e a cores. Grande parte das ilustrações são da autoria de José Luiz. As fotografias são a preto e branco e colocadas no texto ou em páginas ao lado do mesmo. Possuem uma legenda e uma pequena descrição, podendo incluir a indicação de quem as cedeu, ou a quem pertencem, quem as captou ou os autores das obras de onde foram retiradas. Mendes Correia recorre a publicações de outros autores (estrangeiros na sua maioria), procurando assim dar conta da diversidade humana a nível mundial. Apoiar-se em alguns deles para estabelecer uma inventariação da humanidade e procura avançar para uma classificação das “raças” que habitavam o planeta e, especificamente, das que estavam sob a alçada da administração colonial portuguesa. Apesar da obra incluir desenhos e outras imagens, como reproduções fotográficas de pinturas, nesta análise considere apenas as fotografias.

Quanto ao conteúdo, as fotografias podem ser divididas de acordo com os temas que evidenciam. Por um lado, as características físicas de elementos humanos provenientes de todo o mundo, baseando-se sobretudo no trabalho de autores estrangeiros⁵³, incluindo-se aqui os habitantes de várias regiões de Portugal⁵⁴ e indivíduos que viviam sob a administração colonial – de Portugal ou de outros países. Por outro lado, as manifestações sociais e culturais, incluindo a cultura material proveniente de escavações e a representação de figuras nacionais em monumentos, em pintura ou escultura. Outros temas presentes eram: primatologia; paleontologia e arqueologia⁵⁵; cientistas portu-

de alta estatura, pele morena, olhos verdes, cabelos castanhos-claros” (*idem*, p. 222).

⁵⁵ Neste âmbito inclui imagens dos trabalhos de: Émile Cartailhac; Henri Breuil; Hugo Obermaier; Marcellin Boule; Arthur Woodward; e Hans Weinert. Cita também

autores portugueses que vão demonstrando o progresso desses estudos no país: Paula e Oliveira; Barros e Cunha; Santos Júnior; e elementos do grupo da *Portugália* (como Fonseca Cardoso, Ricardo Severo e Rocha Peixoto), utilizando fotografias da colecção da *Portugália*.

gueses; retratos de figuras nacionais; tentativa de articulação entre características físicas e socioculturais; e figuras do “império”, colonizadoras ou autóctones.

As divisões por mim sugeridas devem ser compreendidas tendo em conta também o modo como o autor distingue natureza e cultura (que define como sendo o que o ser humano adiciona à primeira). Entre as manifestações culturais inclui vários aspectos da vida humana: 1. aspectos da vida material (alimentação, habitação, vestuário, enfeites, higiene, indústria, transporte, agricultura, caça, pesca, domesticação e criação de animais, fabrico de cerâmica, cestaria, armadilhas de caça ou de pesca, uso de excitantes e narcóticos, geofagia, canibalismo e antropofagia); 2. aspectos da vida social (cerimónias e ritos de puberdade, circuncisão, estudo das línguas e dos sinais)⁵⁶; 3. aspectos de organização social (relação entre géneros⁵⁷ e entre familiares, educação das crianças, cerimónias relativas ao nascimento, casamento e morte, regime de propriedade, organização política, noções de direito e justiça, sociedades secretas, fórmulas de polidez, atitude para com estrangeiros, guerra, moeda e comércio); 4. e aspectos da vida psíquica (religião, superstições, luta contra espíritos ou contra doenças, hierarquia social, dança, música, poesia, artes plásticas, moral, mitos, ciência popular)⁵⁸. O livro acaba, contudo, por não ter espaço para analisar individualmente cada um desses aspectos, mas tão-somente dar alguns exemplos dispersos e não sistematizados.

A obra possui centenas de fotografias, cujo conteúdo remete para temas muito distintos. Contudo, o objectivo deste texto é tratar o contexto colonial e, especificamente, o império colonial português. Assim, analisei apenas as fotografias que foram obtidas nos espaços de além-mar administrados pelos portugueses, ou que captaram habitantes desses espaços na então metrópole, por exemplo, aquando das grandes exposições que foram realizadas no país, ou que de outra forma possam estar relacionadas com esse contexto. Por essa razão, foram excluídas, por exemplo, as fotografias respeitantes ao Brasil que, não obstante, são interessantes, pois procuram destacar a inclusão de elementos considerados “civilizados” (roupa e alguns adereços), como acontece na fotografia de um grupo de bororos, especificamente vestidos para a ocasião fotográfica, e na de um “índio civilizado do Brasil”, segundo a legenda, que enverga uma farda militar⁵⁹.

As fotografias do império colonial português em *Raças do Império* (1943)

As fotografias que respeitam ao contexto colonial foram por mim divididas entre os seguintes temas: *características físicas* (dados no vivo); *manifestações sociais e culturais* (inclui aqui as manifestações artísticas); articulação entre características físicas e socioculturais, ou ambas⁶⁰; *paisagens*; *paleontologia* (inclui a arqueologia); e *figuras do “império”*. Considero que o tema-conjunto “características físicas/características socioculturais” se justifica quando não há uma prevalência de uma delas a destacar: ou porque a foto-

⁵⁶ Correia, *Raças do Império*, pp. 43-44.

⁵⁷ Mendes Correia utiliza a expressão “sexos”.

⁵⁸ Correia, *Raças do Império*, pp. 44-45.

⁵⁹ Correia, *Raças do Império*, pp. 256-257.

⁶⁰ A separação entre umas (físicas) e outras (socioculturais) não é, contudo, simples; algumas vezes a determinação para a escolha de uma delas esteve relacionada com a forma como foi captada a fotografia, tentando indagar qual terá sido o aspecto a destacar por parte do fotógrafo, ou de quem solicitou o trabalho. Nesse sentido, considere que quando é dado destaque ao rosto, ou realizado um grande plano do mesmo, evidenciando alguns traços, o propósito terá sido o de dar relevo às características físicas do indivíduo, isolando-o de todas as características socioculturais que a imagem pudesse suscitar.

grafia pode sugerir uma articulação implícita entre ambas, quando se destaca a adopção de indumentária mais ocidental por parte dos mestiços, mais evidente no caso das mulheres, por exemplo; ou porque, ainda que de uma forma subentendida, se associam determinadas práticas, ou comportamentos, a grupos humanos específicos com características físicas supostamente identificáveis; ou ainda porque, apesar do corpo estar fotografado, na maioria das vezes, da cintura para cima, não são apenas os traços físicos que se tornam evidentes (como acontece no caso de fotografias feitas com indivíduos nus, ou vestidos, no laboratório, cuja intenção é destacar os traços visíveis de frente e de perfil, como aconselhavam as práticas antropométricas e de antropologia criminal), mas também determinados adereços, penteados ou indumentária, que podem ser associados a um determinado grupo ou prática cultural. No caso das mulheres mestiças de Cabo Verde, ou de São Tomé e Príncipe, a sua indumentária inclui sempre blusas ou vestidos, colares, fios, chapéus ou lenços na cabeça, o que é, de facto, contrastante com as mulheres guineenses, angolanas ou moçambicanas, cuja indumentária não inclui, na maioria das vezes, esses adereços considerados “ocidentais” ou potencialmente denunciadores de alguma aculturação.

De acordo com os critérios apresentados, a análise incidiu sobre um total de 239 fotografias divididas da seguinte forma: *características físicas* (33); *manifestações sociais e culturais* (130); *características físicas/socioculturais* (65); *paisagens* (2); *paleontologia* (8); *figuras do “império”* (1). Estes números revelam-nos o seguinte: mesmo que as fotografias que incidem sobre as características físicas (33) sejam somadas às que considere como incluindo características físicas e socioculturais (65), o seu total (98) não excede o número de fotografias que destacam manifestações sociais e culturais (130); tal pode surpreender o leitor se à partida estiver à espera de encontrar mais fotografias que evidenciem as características físicas, ou os dados privilegiados pela antropologia física naquela altura. De facto, ainda que as manifestações sociais e culturais possam estar, algumas vezes, ligadas ao desejo de mostrar um certo exotismo dos grupos humanos sob a administração colonial, prevalecem nesta obra as fotografias que a elas se referem. Porém, a componente da antropologia física está bem presente. Uma dessas evidências é o surgimento de 12 fotografias tiradas de perfil (entre as 33 que se debruçam sobre as características físicas), de acordo com as normas dessa altura.

Alguns livros de onde foram retiradas fotografias, relativas aos espaços do império colonial português, são da autoria do antropólogo e fotógrafo austríaco Hugo Adolf Bernatzik (1897-1953) e do fotógrafo irlandês Alfred Martin Duggan-Cronin (1874-1954), cujo trabalho se desenvolveu essencialmente na África do Sul. Ainda quanto à autoria das fotografias, existem entre o grupo seleccionado trabalhos de: Elmano da Cunha e Costa, que é o fotógrafo mais presente, com 77 fotografias⁶¹; tenente-coronel Luís António de Carvalho Viegas, governador da Guiné de 1933 a 1941 (19 fot.); Ezequiel de Campos, engenheiro de obras públicas em São Tomé e Príncipe (quatro fot.); e colaboradores de Mendes Correia no IAUP, como Santos Júnior, chefe de várias campanhas

⁶¹ Para além de advogado em Lisboa durante os anos 30 do século XX, foi fotógrafo de várias zonas de África.

da missão antropológica a Moçambique (12 fot.), e Leopoldina Paulo, assistente de Mendes Correia na cadeira de Antropologia na FCUP e primeira mulher doutorada pela UP (duas fot.). Por último, e embora em minoria, algumas não têm a indicação de quem as captou ou de que arquivo, ou colecção, fazem parte.

Um aspecto que ressalta à vista é o facto de as fotografias não terem a elas associadas uma data ou um período de contextualização. Desse modo, acabam por ficar como que fixas num tempo, ou são assim tornadas intemporais. O pouco que delas podemos concluir é que terão sido captadas algures no período colonial situado entre os finais do século XIX e o início dos anos 40 do século seguinte, até 1943, altura em que a obra foi publicada. Como aponta Elizabeth Edwards, por vezes a fotografia tornou-se uma metáfora de poder, ao ter a capacidade para apropriar e descontextualizar o tempo, o espaço e aqueles que nelas figuram⁶². Por outro lado, a diversidade dos temas presentes nas fotografias ilustra os múltiplos interesses de Mendes Correia no âmbito da antropologia, uma ciência que, segundo a sua visão, incluía vários ramos e especialidades⁶³.

No que respeita às colecções a que pertencem, as fotografias que incluem essa informação estão assim distribuídas: AGC (96), IAUP (21), JMGIC (8), SGL (5) e MAUP (1). Tal disposição ilustra as principais instituições que estavam a apoiar o desenvolvimento de estudos sobre as colónias e que existiam sobretudo na então metrópole, não só nas universidades (neste caso na UP, com o IAUP e o MAUP), mas também em locais que lhe eram independentes e existiam há vários anos, como a SGL (desde 1875), a AGC (desde 1924) e a JMGIC (desde 1936). Algumas das fotografias identificadas como pertencendo ao IAUP foram captadas por colaboradores de Mendes Correia, aquando da vinda de indivíduos para participarem na Exposição Colonial do Porto realizada em 1934. Ali, pela primeira vez para alguns, houve a possibilidade de realizar observações no vivo. Tal evento foi paralelo ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, realizado entre 22 e 26 de Setembro de 1934, por iniciativa e com a organização da SPAE e o apoio da direcção da referida exposição realizada entre 15 de Junho e 30 de Setembro desse ano. Essa ocasião constituiu uma forma de trazer o campo ao laboratório e Mendes Correia e os seus colaboradores não quiseram perder essa oportunidade. Foi assim possível “estudar exaustivamente mais de 300 indígenas” pelos investigadores que trabalhavam nos Institutos de Antropologia da FCUP e de Anatomia da FMUP⁶⁴. Realizaram-se várias “observações antropológicas”, que consistiram na análise de “caracteres descritivos, caracteres antropométricos, grupos sanguíneos, metabolismo basal, alguns caracteres fisiológicos e psicológicos”⁶⁵. Por vezes, são estabelecidas relações entre estes caracteres⁶⁶. Contudo, além da predominância dos estudos de antropologia física, verifica-se que esses indivíduos foram tomados como representativos dos elementos do grupo de onde vinham e a partir daí foram feitas generalizações relativamente a grupos maiores. A inventariação da suposta diversidade biológica em “tipos” tinha também como objectivo averiguar as capacidades físicas, mentais e psicológicas que

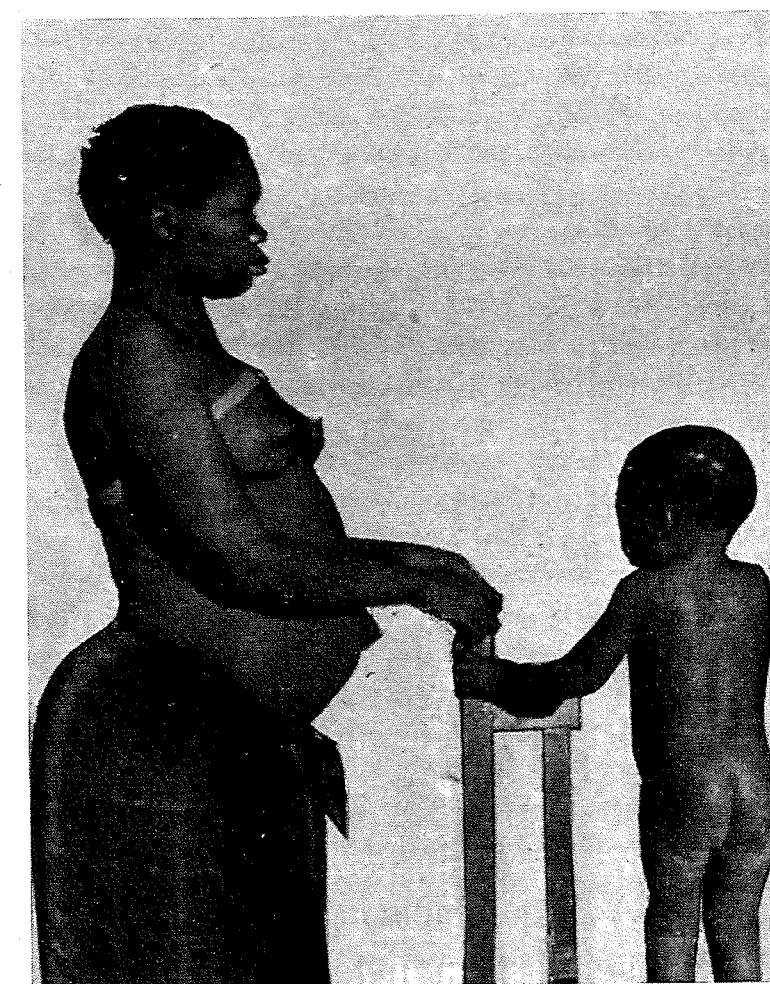
⁶² Elizabeth Edwards, “Introduction” in Elizabeth Edwards, org., *Anthropology & Photography, 1860-1920*, (Londres, Royal Anthropological Institute, 1992), p. 7.

⁶³ Matos, *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto*.

⁶⁴ AAVV, *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Vol. I (Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, 1934), pp. 28-29; Anónimo, “Homenagem ao Prof. Dr. Mendes Corrêa”, Extracto de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 13, n.º 1-2 (1951), p. 6.

⁶⁵ Mendes Correia, *O Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e a investigação científica colonial* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1934), p. 15.

⁶⁶ A relação entre corpos e comportamento foi tratada em George W. Jr. Stocking, org., *Bones, Bodies, Behaviour. Essays on Biological Anthropology* (HOA, vol. 5) (Londres: University of Wisconsin Press, 1988). As tentativas de correlacionar caracteres morfológicos com parâmetros comportamentais, nomeadamente na tradição norte-americana e francesa durante o século XIX, foram analisadas em: George W. Jr. Stocking, *Race, culture and evolution. Essays in the history of anthropology* (Chicago: University of Chicago Press, 1968); Nancy Leys Stepan, *The Idea of Race in Science: Great Britain 1800-1960* (Londres: MacMillan Press, 1982); e Stephen Jay Gould, *A Falsa Medida do Homem* (Vila Nova de Famalicão: Círculo de Leitores, 2004 [1981]).



Col. Inst. Antrop. Univ. Pôrto

Figura 4. “Mulher bochimane de Angola (Mucancala) com um filho: esteatopigia”. *Raças do Império*, Mendes Correia, 1943: 27. Colecção do IAUP.

Mulher bochimane de Angola (Mucancala) com um filho: esteatopigia

eram consideradas estar-lhes associadas. Conhecendo melhor essas capacidades podiam controlar-se melhor os indivíduos que estavam sob a administração colonial e destinar-lhes o trabalho, ou as tarefas, mais adequados.

Como acréscimo, existe um lado teratológico na fotografia, ou seja, ela pode contribuir para fixar, analisar e difundir o conhecimento acerca de algumas doenças, malformações congénitas e situações físicas consideradas aberrantes. Tais aspectos não eram, contudo, explorados apenas nas colónias, mas neste caso procurava-se estudar também a forma como determinadas doenças ou malformações podiam evoluir especificamente naquele contexto. Assim, em algumas fotografias é indicado o nome de uma malformação específica, como acontece na figura 4, o que demonstra a propensão e o interesse de Mendes Correia para a área médica. Há ainda a destacar o facto de a mulher ter

sido fotografada de perfil e de o seu filho ter sido colocado de costas e apoiado num instrumento de medição.

Além do protagonismo dado aos caracteres físicos (como a forma do cabelo ou a espessura dos lábios), alguns são associados ao que o autor entende por caracteres físicos inferiores, o que acontece, por exemplo, na legenda referente ao africano que surge na página 22 e pode resultar numa ideia que estimula o preconceito alargado relativamente aos africanos⁶⁷. Este aspecto relaciona-se com a forma como o autor via a questão racial. No livro o termo raça surge como elemento diferenciador e de classificação, mas acaba por ser também de hierarquização e de discriminação, já que, embora raras vezes de forma explícita, como acontece na referida legenda da página 22, alguns indivíduos são considerados possuidores de caracteres físicos inferiores. O autor reconhece a ideia de raça como associada à heterogeneidade, estando esta ligada a “diferenças de costumes, de organizações sociais, de tendências psicológicas” e não apenas a aspectos biológicos, embora estes venham a ser bastante utilizados para formalizar e apoiar as suas classificações. De um modo geral, os vários grupos humanos do “império” são assim divididos e classificados: a) continente e ilhas (“milhões de leucodermes, em que predominam elementos mediterrânicos”); b) colónias (“negros sudanenses, bantos angolenses e moçambicanos, restos de populações pré-bantos e boximanes-hotentotes, mouros e indianos de várias estirpes raciais, chinas, indonésios, influências vedo-australóides e melanésio-papuas, [...] mestiços”)⁶⁸. A utilização de caracteres descritivos e métricos para o estudo racial não lhe permite, contudo, tirar conclusões precisas. Tal dificuldade poderia estar relacionada com factores como a migração, por vários motivos, ou a miscigenação.

Quanto à política de população no império, directamente ligada com a mestiçagem, refere que apesar de ela se verificar, de facto, em Cabo Verde, por exemplo, tal não se deverá generalizar por todo o “império”, para que se evite a diluição das particularidades do povo português. Ainda assim, considera que, em “regiões onde a mulher branca esteja ausente”, o mestiçamento é “inevitável e fatal” e reconhece a existência de mestiços ilustres⁶⁹. Contudo, desaconselha “o mestiçamento como regra” em todo o império. Estas ideias eram paralelas às promovidas pela política do Estado Novo através da propaganda que estimulava a população da metrópole a partir para o império, sobretudo para as colónias de assentamento, como Angola e Moçambique⁷⁰. Tal política esteve ligada aos debates coetâneos acerca da adaptação aos trópicos por parte dos europeus, sobretudo em países que ainda administravam, ou tinham administrado colónias⁷¹. Nesse sentido, também este livro encontra espaço para a fotografia de um “casal de velhos colonos de Angola” com “58 anos de África” que, apesar das dificuldades de adaptação existentes entre alguma “população branca”, acabaram por revelar-se um exemplo de “viabilidade biológica da colonização branca”⁷².

Da análise das fotografias deste livro constata-se que nem sempre o texto se refere à imagem que está a ilustrar uma determinada página. As imagens reforçam o exotismo, exemplificam uma situação específica e servem para

⁶⁷ “Negro Chicunda, ‘Alfanête’, de Moçambique: arcadas supraciliares salientes, fronte fugidia e outros caracteres inferiores” (Correia, *Raças do Império*, p. 22).

⁶⁸ Correia, *Raças do Império*, pp. 5, 604.

⁶⁹ Correia, *Raças do Império*, p. 620.

⁷⁰ Sobre o processo de povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole, vide Cláudia Castelo, *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)* (Porto: Afrontamento, 2007).

⁷¹ Sobre os debates acerca da adaptação e degeneração dos portugueses nos trópicos, vide Cristiana Bastos, “Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies”, *International Migration*, vol. 46, n.º 5 (2008), pp. 27-54.

⁷² Correia, *Raças do Império*, pp. 481-482.

idealizar de onde podem ter surgido as influências biológicas, ou culturais, de um determinado indivíduo ou grupo. Algumas delas aparecem desprovidas de qualquer contextualização ou análise; por outro lado, podem pretender ilustrar o vigor físico de alguns indivíduos ou uma ideia cuja origem pode estar no passado, ou justificar a presença dessa ideia no presente. Em alguns casos, as imagens podem ser tomadas como científicas, porque são, embora aparentemente, objectivas. Porém, estes exemplos acabam por apelar à interpretação subjectiva do leitor, suscitando nele a possibilidade de visualização de um indivíduo cujo perfil era considerado mais ou menos robusto, mais ou menos frágil, esperto, preguiçoso, moralmente repreensível e por aí adiante. Assim, algumas fotografias podem ser consideradas mais insidiosas que objectivas. Embora se procure fazer um mapeamento físico e cultural de populações distintas, as representações conduzem-nos para evocações de singularidade e estranheza, o que provavelmente não é alheio ao facto de elas terem como fim o consumo geral e a divulgação popular.

As fotografias foram seleccionadas, criteriosamente, no sentido de ilustrarem o que se pretendia demonstrar: por um lado, a diversidade existente no império colonial português – vista como uma riqueza – e, por outro, o que determinadas especificidades poderiam implicar. Essa apresentação sugere que a visualização de um indivíduo permitiria a idealização dos restantes indivíduos do seu grupo. Tal remete para ideia de tipificação, segundo a qual cada indivíduo é ilustrativo do “tipo” que representa. Esta tinha um carácter prático e útil na sistematização – com a inventariação dos “tipos” era mais fácil colocá-los numa grelha classificatória e organizá-los hierarquicamente, mediante as suas características. Assim, a inclusão das fotografias dos indivíduos representados (da metrópole e do ultramar) levou, de certa forma, à sua “invenção” e à produção de preconceitos relativamente a um determinado grupo. Contudo, apesar de tentar ser objectivo no que respeita aos caracteres raciais, o autor parece não ter conseguido encontrar critérios suficientemente válidos para serem aplicados universalmente a qualquer um dos grupos. Além disso, ao proceder a uma ordenação, acabou por hierarquizá-los, discriminando uns em detrimento de outros. Todavia, apesar da diversidade entre leucodermes, negros, mouros, indianos, indonésios, entre outros, regista-se o propósito de a esta variedade se associar uma certa unidade e solidariedade, decorrente de um contexto no qual se procurou afirmar a soberania portuguesa em vários territórios.

De um modo geral, o livro denota um certo anacronismo relativamente às correntes teóricas que já circulavam na antropologia social britânica e na antropologia cultural norte-americana, bem como em outros países. Ao contrário de Franz Boas, por exemplo, o professor da FCUP não encontrou um equilíbrio entre os estudos de âmbito físico e os estudos de âmbito cultural, acabando a ideia de raça por ter uma presença fundamental e constante na sua obra⁷³. Tal poderá estar relacionado com as convicções do autor, mas também com o facto de que um trabalho como este poderia ter um papel importante no âmbito do investimento e política de administração colonial. Como acres-

⁷³ Considera que os resultados de Franz Boas devem ser submetidos a reservas, já que, apesar de reconhecer que certas influências do meio podem modificar os índices cefálicos individuais (doenças do crescimento, anomalias, condições obstétricas), os casos exemplificados pelo autor americano são excepcionais, não conseguem provocar mudanças de forma tão rápida e não alteram, sensivelmente, os resultados estatísticos. Mendes Correia, *Raças do Império*. Portugal “Ex-Nihilo”!... Terra e Independência. A raça (Lisboa: Edição da Revista “Ocidente”, 1944b [1938]), pp. 91-92.

cimo, observa-se uma vontade de vincular aspectos biológicos e hereditários de cada grupo humano a comportamentos psicossociais.

Mais tarde, quando visita a Guiné entre 1945 e 1946, para preparar a missão antropológica dirigida a esse território, Mendes Correia criticou a ideia de raça e defendeu que esta devia ser banida, pelo menos no que ao contexto guineense dizia respeito, já que era muito difícil estabelecer diferenças significativas⁷⁴. Porém, em *Raças do Império*, de 1943, sugere que existem grupos mais desenvolvidos do que outros, introduzindo julgamentos, valores, que podiam ser interpretados em termos evolucionistas e considerados científicos pela maioria da população não especializada, para quem o livro era direccionado. Não obstante os aspectos referidos, as fotografias revelam o interesse que existia em conhecer as populações sob a administração colonial e dar conta não só dos seus aspectos físicos, mas também socioculturais.

Discussão e Conclusão: *To see is (not) to know*

A partir do material analisado podemos concluir que, no que se refere ao contexto colonial e, especificamente, à obra de Mendes Correia sobre esse contexto, nem sempre ver é conhecer. Para tal existem vários motivos – relacionados com as próprias fotografias, mas também com o contexto no qual foram produzidas: científico e colonial.

Numa primeira fase, a antropologia procurou utilizar a fotografia de uma forma científica. Foi encarada como um elemento auxiliar da antropologia e nalguns casos constituiu, ela própria, um meio de investigação antropológica. Os trabalhos antropométricos, por exemplo, estiveram relacionados com os retratos de “tipos”. E mesmo que não se tratassem de retratos antropométricos, a sua intenção procurava denunciar aspectos considerados pertinentes para o domínio da antropologia física, que buscava nos caracteres físicos fixos os elementos para a categorização e análise antropológica. A fotografia permitiria assim alcançar dados supostamente mais objectivos, o que facilitou a organização e a catalogação sistemática.

No entanto, embora de uso comum, a câmara fotográfica veio a revelar limitações no que ao estudo racial e antropométrico disse respeito. O que a antropologia física procurou fazer através dos elementos matemáticos, ou mensuráveis, e da antropometria, assim como da fotografia, não foi tanto a captação do real, mas, na maioria das vezes, a criação desse real. A fotografia foi não apenas um modo de captar o Outro, mas também de o inventar. Por estas razões, o valor da fotografia nesta fase, enquanto documento, foi construído socialmente, uma vez que a imagem não foi tomada como uma representação, mas como a própria realidade. Como referiu Joanna Scherer para o caso da fotografia integrada na prática antropológica, aquela não constituiu uma réplica da realidade, mas uma representação, o que exige a sua análise crítica e um cuidado acrescido na sua interpretação. Nem a fotografia como artefacto, nem a interpretação do observador acerca do sujeito da fotografia, nem

⁷⁴ Tal formulação não será também alheia ao contexto do período pós-Segunda Guerra Mundial, durante o qual começou a tornar-se problemática a utilização do critério “raça” como diferenciador das populações humanas. Mendes Correia, *Uma jornada científica na Guiné Portuguesa* (Lisboa: AGC, 1947), p. 127.

um entendimento da intenção da fotografia podem dar um significado global às imagens⁷⁵. Segundo esta autora, é apenas olhando para as três partes do processo, idealmente em referência a grupos de imagens relacionadas, que podemos extrair das fotografias um significado sociocultural relevante.

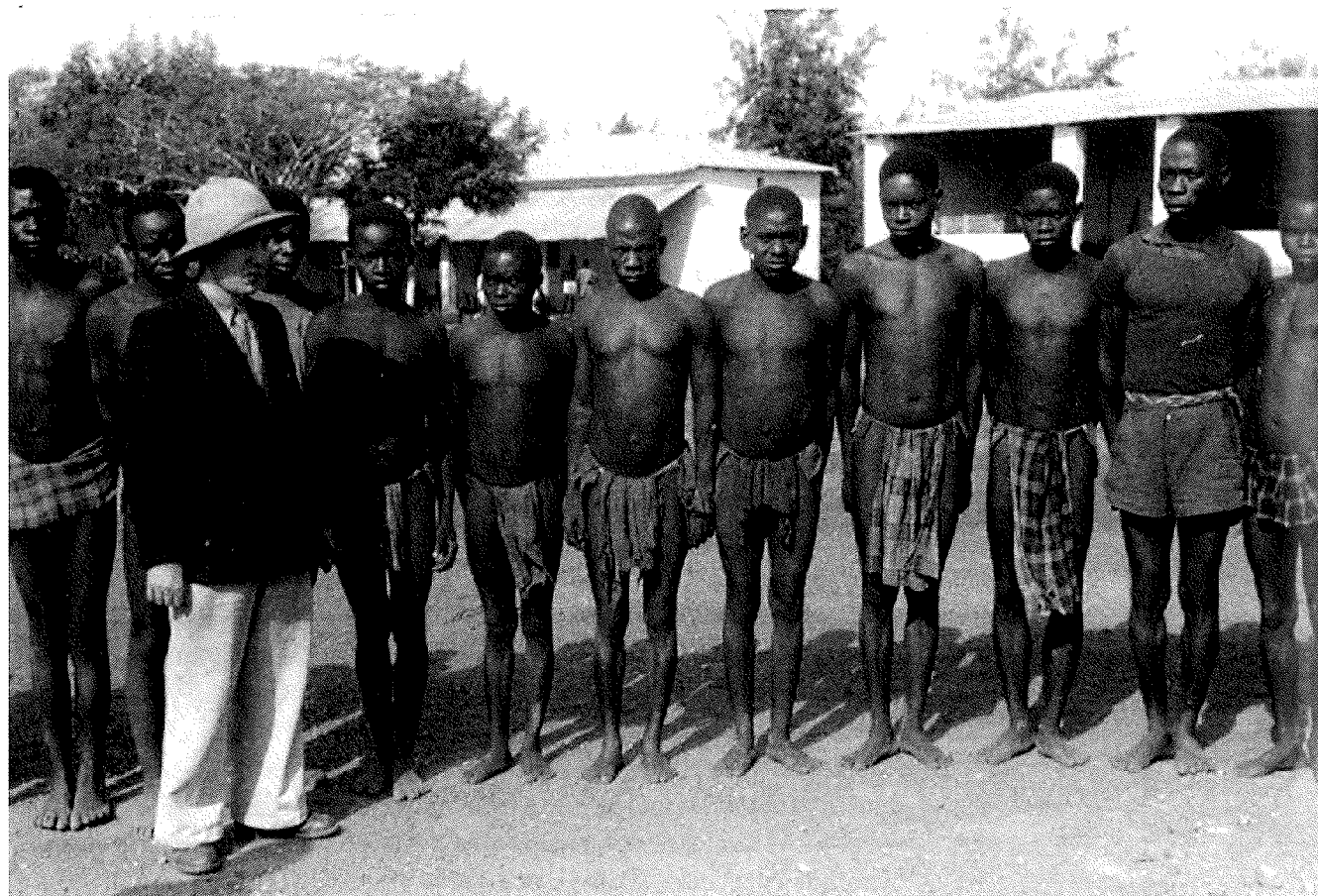
Por outro lado, o carácter documental da imagem pode ter um duplo sentido. Ao diferenciar imagem de conteúdo, Joan M. Schwartz, por exemplo, distingue o valor *informativo*, ligado ao conteúdo da imagem, e o valor *comprovativo*, ligado ao contexto de criação e utilização⁷⁶. No caso das fotografias analisadas, o contexto de produção pode fornecer-nos elementos mais densos do que os perceptíveis apenas a partir do conteúdo que as imagens pretendem transmitir – os elementos alegadamente necessários para a realização de um trabalho antropológico nas colónias, ou no laboratório da metrópole, e que eram previamente pensados e seleccionados. Assim, para alcançarmos algum conhecimento a partir das fotografias, é importante tomar em conta todos os indivíduos envolvidos no processo de produção das fotografias: 1. os que incentivaram a sua realização (professores e académicos, como é caso de Mendes Correia); 2. os que as financiaram (governo, instituições estatais e privadas, políticos locais); 3. os que as captaram; 4. aqueles para os quais foram dirigidas; 5. os que nelas foram incluídos e representados.

Nas fotografias analisadas, o contexto da sua produção, os seus objectivos e a sua audiência podem ser ainda mais importantes do que o nome do fotógrafo ou o autor das fotografias. É importante ter particularmente em conta as perspectivas académicas, as ideologias e as agendas próprias dos indivíduos responsáveis pelas fotografias e dos que as custearam. Deste modo, a fotografia colonial poderá ser uma fonte útil, não tanto para analisar os fotografados, mas sobretudo para analisar os que fotografaram ou os que promoveram a sua realização. Nesse sentido, as fotografias incluídas nos trabalhos de Mendes Correia devem ser entendidas à luz do empreendimento específico que foi o império colonial português, com características e vicissitudes próprias. Grande parte das fotografias que circularam nesse período procuraram enfatizar o carácter “primitivo” ou “não civilizado” dos indivíduos nelas representados, evidenciando a necessidade da obra de “civilização” trazida pela colonização. Embora este aspecto não seja exclusivo da obra do professor da FCUP, ou da obra de alguns académicos portugueses, acaba por verificar-se uma certa coerência entre as fotografias captadas, a ideologia política subjacente à propaganda colonial e a intenção dos fotógrafos ou de quem solicitava as fotografias.

Como vimos, ao longo do seu período de actuação, Mendes Correia valorizou a utilização da fotografia. Tal aconteceu nas conferências realizadas na SPAE, nos trabalhos produzidos no âmbito da antropologia criminal, na acção que teve no CEEP, no contexto das missões antropológicas e nos seus trabalhos sobre antropologia colonial. A utilização que deu à fotografia foi, contudo, várias vezes inspirada nas sugestões de vários autores estrangeiros que valorizavam sobretudo a análise dos caracteres físicos dos indivíduos. De um modo geral, os seus trabalhos mais extensos são ricamente ilustrados, mas nem sem-

⁷⁵ Joanna C. Scherer, “The Photographic Document: Photograph as Primary Data in Anthropological Enquiry” in Elizabeth Edwards, org., *Anthropology & Photography, 1860-1920*, (Londres, Royal Anthropological Institute, 1992), p. 32.

⁷⁶ Joan M. Schwartz, “We make our tools and our tools make us: lessons from photographs for the practice, politics and poetics of Diplomats”, *Archivaria*, Otava, n.º 40 (1995), p. 51.



pre as fotografias estão directamente relacionadas com o texto. É muitas vezes este que sugere o significado das fotografias, ou que as coloca num determinado contexto que não seria perceptível apenas pela própria imagem. A fotografia colonial foi usada também como prova da existência de indivíduos que viviam sob a alçada da administração portuguesa. A sua captação através da objectiva fotográfica foi, amiúde, uma forma de ilustrar o poder que sobre eles tinham os administradores e os colonos em geral. Tal poder permitia que os nativos pudessem ser fotografados sem que tal prática fosse, em nenhum momento, questionada (figura 5).

O olhar vazio e distante dos fotografados denuncia, amiúde, a sua aceitação passiva da captação das imagens. Os indivíduos que nelas surgem parecem, na sua maioria, representativos de seres pertencentes a sociedades pré-coloniais, isto é, que não foram sujeitos a processos de aculturação ou ocidentalização. Além disso, os seus nomes não costumam ser revelados, mas somente o género (homem ou mulher), o grupo a que pertencem e, em alguns casos, a sua actividade ou posição social. As fotografias, muitas vezes, não denunciam também qualquer interacção entre o fotógrafo e o fotografado. É através dessa circunstância dada pelo texto que alguns “tipos” humanos passam a ser constituídos ou diferenciados como tal, podendo representar um grupo de indivíduos.

Figura 5. Missão antropológica a Moçambique (campanha de 1948). Norberto (filho de Santos Júnior) em Namapa com um grupo de nativos moçambicanos. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.

As expressões “tipo indígena” ou “nativo típico” são disso exemplo. Porém, a fotografia dos chamados tipos humanos estabeleceu, como referiu Elizabeth Edwards, a criação desses mesmos tipos⁷⁷.

Na obra de Mendes Correia, e na de outros seus contemporâneos, as fotografias foram captadas nos espaços de além-mar e levadas para serem analisadas na metrópole; outras foram captadas na própria metrópole com indivíduos que aí estiveram por ocasião das grandes exposições de 1934 e 1940. Nesse contexto as ideias raciais acabaram por ser centrais, fazendo parte do discurso científico da antropologia e contribuindo para a justificação da dominação colonial. Tais ideias foram influenciadas pelo evolucionismo e pela crença na existência de uma relação entre o lado “natural” do ser humano e o seu lado cultural, moral e intelectual, defendendo a existência da determinação biológica da cultura. As “raças” não europeias foram consideradas como representantes da “infância da humanidade” – uma fase pela qual os europeus consideravam já ter passado⁷⁸. Assim, apesar da sua natureza eclética, a antropologia de Mendes Correia, e de alguns dos seus pares, dentro e fora de Portugal, acabou por adoptar metodologias das ciências biológicas que, como lembrou E. Edwards, colocavam a sua ênfase na observação, registo e classificação, e cuja sustentação residia numa grelha que supostamente permitiria o conhecimento positivo, científico e empírico⁷⁹.

O contacto directo de Mendes Correia com os indivíduos que vieram para a exposição de 1934, a sua viagem à Guiné entre 1945 e 1946, e a sua deslocação a Timor em 1953, entre outros parques exemplos, constituíram excepções. A obra de Mendes Correia foi realizada sobretudo no seu gabinete da UP e, na impossibilidade de contactar directamente com os indivíduos sobre os quais escrevia, as fotografias acabaram por representar uma tentativa de preencher essa lacuna – elas procuraram tornar visível algumas formulações que terá apenas imaginado, ou com as quais entrou em contacto através das obras de outros autores. De facto, a fotografia pode construir uma memória, já que a partir da sua visualização são evocadas lembranças de determinados contextos. Por outro lado, pode estimular a memória. Tal aconteceu, por exemplo, quando entrevistei (em 2002 e 2003) alguns ex-colonos e visitantes das referidas exposições de 1934 e 1940 e utilizei, precisamente, fotografias no sentido de despertar lembranças⁸⁰.

O modo de captação do real através do registo fotográfico, fundamentado no princípio “to see is to know”, acabou por revelar o muito que ainda se desconhecia do “império”, as tensões sociais existentes, o modo como as diferenças foram discriminadas e a maneira como se procedeu ao estabelecimento de hierarquias culturais (amiúde baseadas em aspectos físicos e/ou comportamentais). A fotografia serviu, diversas vezes, para essencializar o Outro colonial e para, através da sua postura, cor da pele, adereços, objectos de cultura material, práticas religiosas ou sociais, como a monogamia ou a poligamia, evidenciar capacidades físicas e/ou intelectuais e diferenças comportamentais. Algumas dessas diferenças podiam notabilizar-se, inclusivamente, no processo de manipular a revelação final. No entanto, e apesar de devermos ter presente

⁷⁷ Edwards, “Photographic ‘types’...”.

⁷⁸ Gould, *A Falsa Medida do Homem*.

⁷⁹ Edwards, “Introduction” in Edwards, org., *Anthropology & Photography*, p. 6.

⁸⁰ Matos, *The Colours of the Empire*.

que “*to see is (not) to know*”, ou seja, que nem sempre ver é conhecer, será certamente possível encontrar outras histórias que não aquelas a que acedi a partir das fotografias que analisei. Nesse sentido, tais fotografias podem sugerir-nos novas perspectivas de análise, não só relativas ao período colonial português, mas à antropologia produzida em Portugal na primeira metade do século XX. Ter em conta todos os factores apresentados será pertinente, uma vez que actualmente as fotografias produzidas no contexto colonial continuam a circular – em publicações, colecções particulares ou arquivos públicos.

Siglas

- AGC: Agência Geral das Colónias
- CEEP: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular
- CEEU: Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar
- FCUP: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- IAUP: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto
- ISEU: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
- JMGIC: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais
- JMGIU: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar
- MAUP: Museu Antropológico da Universidade do Porto
- MCCA: Missão Cinegráfica às Colónias de África
- MEP: Museu Etnológico Português Leite de Vasconcelos
- SGL: Sociedade de Geografia de Lisboa
- SPAE: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
- SPN: Secretariado de Propaganda Nacional
- SNI: Serviço Nacional de Informação
- UC: Universidade de Coimbra
- UP: Universidade do Porto